



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 039/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.10.23.0001**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS/RN**, por meio do seu Agente de Contratação, torna público que realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e da Resolução Nº 001/2023, de 12 de dezembro de 2023 do Poder Legislativo Municipal e demais legislações aplicáveis.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS:**

[cpl@camarapaudosferros.rn.gov.br](mailto:cpl@camarapaudosferros.rn.gov.br)

**RECEBIMENTO DE PROPOSTAS PREÇO:**

**INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS:** Dia 28/10/2025, a partir das 7:00h.

**LIMITE DE ENTREGA DE PROPOSTAS:** Até o dia 30/10/2025, às 12:00h.

**Obs.: Como referência de tempo será considerado o horário oficial de Brasília - DF**

**Critério de Julgamento: Menor Preço Global**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**





1.1 Registro de Preços para eventuais aquisições de utensílios de cozinha, a fim de atender as necessidades da sede e anexo da CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Descrição do objeto:

ITEM	FOTOS MERAMENTE ILUSTRATIVA	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01		<b>GARRAFA TÉRMICA 1,80L</b> - Garrafa térmica de pressão, com capacidade de 1,8 litro, exterior em inox resistente, e com camada protetora de verniz que garante a durabilidade sem deixar marcas indesejadas de dedos ou riscos. Possui sistema de bomba com jato forte e estável, e interior composto por ampola de vidro. Livre de BPA	Und.	10	R\$ 146,00	R\$ 1.460,00



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

02		<b>JARRAS DE VIDRO COM TAMPA 1,5L</b> - Capacidade para 1,5 litros. Características: De vidro com tampa plástica, alça acoplada ao corpo da jarra. Garantia contra defeitos de fabricação. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber.	Und.	06	R\$ 57,95	R\$ 347,70
03		<b>JARRAS DE VIDRO COM TAMPA 2L</b> - Capacidade para 2 litros. Características: De vidro com tampa plástica, alça acoplada ao corpo da jarra. Garantia contra defeitos de fabricação. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber.	Und	04	R\$ 66,57	R\$ 266,28
04		<b>FAQUEIROS DE 24 PEÇAS</b> - Material em Aço inoxidável, Cabos de Polipropileno, contendo: facas de mesa, garfos de mesa, colheres de mesa, garfos de sobremesa e colheres de sobremesa.	Und.	04	R\$ 95,98	R\$ 383,92
05		<b>POTE DE VIDRO COM TAMPA DE INOX 1,5L</b> - Capacidade: 1,5 litros • Peso: 0,42kg, Dimensões: 23,5cm x 9,5cm x 9,5cm (AxLxP)	Und.	30	R\$ 64,49	R\$ 1.934,70



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

06		<b>XÍCARAS PARA CAFÉ COM PIRES 80ML</b> - xícaras com pires, em porcelana, retas, lisas, capacidade 80 ml, na cor branca.	Und	48	R\$ 18,63	R\$ 1.894,24
07		<b>XÍCARAS PARA CAFÉ COM PIRES 240ML</b> - xícaras com pires, em porcelana, retas, lisas, capacidade 240 ml, na cor branca.	Und.	12	R\$ 24,59	R\$ 295,08
08		<b>CONJUNTO DE PANELAS ANTIADERENTE COM 12 PEÇAS</b> – fabricado em alumínio, revestido com sistema de antiaderente, com 12 peças, esse conjunto completo inclui: 1 assadeira reta, 2 panelas (16cm e 18cm), 2 caçarolas (18cm e 20cm), 1 canecão (nº 12), 1 frigideira especial (18cm), 1 frigideira francesa (20cm), 1 frigideira para ovo.	Und.	03	R\$ 376,01	R\$ 1.128,03
09		<b>PANELA DE PRESSÃO ANTIADERENTE 4,5L</b> – Panela de pressão profissional feita em alumínio polido com abas Características: Válvula reguladora de Pressão; Válvula de segurança repetitiva em Silicone; Alças em Baquelite Resistentes ao Calor; Pino de Alívio; Sistema de Segurança Lateral da Tampa.	Und	03	R\$ 289,47	R\$ 868,41








PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

10		<b>PRATO RASO DE PORCELANA 26CM</b> – Em porcelana branca, sem estampa, com, no mínimo 26 a 28cm de diâmetro, bordas com aproximadamente 3 a 4 cm.	Und	24	R\$ 20,78	R\$ 498,72
11		<b>PRATO SOBREMESA DE PORCELANA BRANCO 19CM</b> – Em porcelana branca, sem estampa, com, no mínimo, 19 cm de diâmetro, bordas com aproximadamente 3 a 4 cm.	Und	24	R\$ 14,13	R\$ 339,12
12		<b>BANDEJA RETANGULAR INOX 40CM</b> – Bandeja retangular em aço inoxidável, medindo aproximadamente 40cm de comprimento x 30cm de largura.	Und.	04	R\$ 53,44	R\$ 213,76
13		<b>FERVEDOR ANTIADERENTE 1,85L</b> - Capacidade de 1,85 litros, Material de alumínio para distribuição uniforme do calor, Revestimento antiaderente.	Und	03	R\$ 43,17	R\$ 129,51
14		<b>CONCHA DE SILICONE COM 27CM.</b> - Material: 100% silicone, Dimensões 27 X 06 X 1 CM, Cor: Preto.	Und.	06	R\$ 19,17	R\$ 115,02
15		<b>ESPATULA RETA EM SILICONE 28CM</b> – Comprimento: 28 cm, - Largura: 5,5 cm, Material: Silicone, Cor: Preto	Und.	06	R\$ 18,85	R\$ 113,10



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

16		<b>COLHER DE SILICONE 28CM</b> - Comprimento: 28 cm, Material: Silicone, Cor: Preto	Und	06	R\$ 27,83	R\$ 166,98
17		<b>ESPÁTULA PÁ PARA BOLO/TORTA EM AÇO INOX</b> - medidas: 26,5 cm de comprimento x 6,2 cm de largura - material: aço inox - cor: acabamento cromado.	Und.	03	R\$ 24,50	R\$ 73,50
18		<b>ESCORREDOR PLÁSTICO PARA MASSAS</b> – Material: Plástico, Dimensões do Produto: Altura: 12cm, Diâmetro: 27cm.	Und	03	R\$ 16,10	R\$ 48,30
19		<b>PENEIRA MULTIUSO EM AÇO INOX DE COZINHA</b> - Material: Aço inoxidável, Dimensões: Diâmetro: 24 cm, Comprimento total: 45 cm, Capacidade: Suporta até 1.500g	Und	03	R\$ 34,41	R\$ 103,23
20		<b>AÇUCAREIRO EM AÇO INOX COM TAMPA E COLHER</b> - Capacidade: Aproximadamente 300g de Açúcar, Dimensões: 8cm de diâmetro por 7cm de altura, 8cm largura, 10 cm comprimento, peso do produto aproximado: 200g	Und	03	R\$ 51,49	R\$ 154,47



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

21		<b>CONJUNTO DE 12 COPOS DE VIDRO 300ML</b> – Material Vidro soda-calpara, dimensões do Produto: Largura: 6,6cm, Altura: 12,5cm, Profundidade: 6,6cm.	Und	03	R\$ 101,89	R\$ 305,67
22		<b>COBRIDOR/ABAFADOR DE BOLO E ALIMENTOS</b> - Em plástico telado, Dimensões: 29,5 x 29,5 x 18 cm	Und	04	R\$ 34,60	R\$ 138,40
23		<b>PORTA BOLO CRISTAL TRANSPARENTE COM TAMPA</b> - Bandeja: 29 x 1,5cm, Tampa: 23 x 10,5cm, Diâmetro: 23cm, Peso Total: 350g.	Und	03	R\$ 51,56	R\$ 154,68
24		<b>SALEIRO GRANDE DE BANCADA/PAREDE DE COZINHA – PLÁSTICO</b> – Dimensões do Produto 17 x 10,5 x 9 cm.	Und	03	R\$ 17,42	R\$ 52,26
25		<b>FACA GRANDE PARA COZINHA EM AÇO INOX. TAM: 8"</b> - Material: Aço Inoxidável, Material do Cabo: Resina Termoplástica, Altura: 5,5 cm, Comprimento: 33,5 cm, Largura: 2,5 cm e Tamanho da Lâmina: 8".	Und	03	R\$ 60,52	R\$ 181,56
26		<b>AFIADOR DE FACA MANUAL</b> - Cabo Ergonômico e Base de Borracha Antiderrapante	Und	03	R\$ 30,63	R\$ 91,89








PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

27		<b>COLHER GRANDE DE SERVIR EM AÇO INOX 32 cm</b> – Material Aço Inox, Tamanho 32cm	Und	09	R\$ 26,76	R\$ 240,84
28		<b>LIXEIRA PLÁSTICA DE PIA BASCULANTE DE 6,5 LITROS</b> - Material: Plástico PP (Polipropileno) - Material muito resistente e durável - Capacidade: 6,5 Litros, Medidas: 17cm (L) x 24,5cm (C) x 28,5cm (A) - Peso: 0,240Kg.	Und	03	R\$ 39,56	R\$ 118,68
29		<b>PORTA TEMPEROS COM SUPORTE COM 8 POTES DE PLÁSTICO DE 130ML CADA</b> - Porta Tempero: 1 Peça, Potes de Plástico: 8 Unidades, Medida Porta Tempero: 21cm X 11cm X 18cm, Medida Pote de Plástico: 11,5 X 4,5c, Capacidade do Pote de Plástico: 130ml.	Und	03	R\$ 50,25	R\$ 150,75
30		<b>CONJUNTO DE BACIAS CANELADAS DE 3 PEÇAS</b> - Com capacidade de 1, 2 e 3 Litros Para Cozinha. Feito de material resistente. Características do produto: Material: Plástico atóxico - Tamanho aproximado: P-19x7cm x M-22x7,5cm x G-27x8cm.	Und	01	R\$ 30,99	R\$ 30,99



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

31		<b>CONJUNTO COM 03 TRAVESSAS DE PORCELANA BRANCO 1L, 2L e 3L</b> – Material: Porcelana, Formato: Retangular.	Und	01	R\$ 247,72	R\$ 247,72
32		<b>TOALHA DE MESA GRANDE PRANCHÃO 4m X3m</b> - Oxford Buffet Cor Branco - Toalha Mesa Oxford.	Und	02	R\$ 198,25	R\$ 396,50
33		<b>GARRAÃO/BOTIJÃO TERMICO DE 12 LITROS COM TORNEIRA</b> - Características capacidade (12L): Isolamento térmico avançado: Mantém a temperatura por mais tempo, seja quente ou fria. Bocal largo: Fácil de encher e limpar. Alça embutida: Praticidade no transporte. Tripé retrátil: Material de Alta Resistência: Fabricado em PEAD (Polietileno de Alta Densidade) com isolamento térmico em PU (Poliuretano), garantindo máxima durabilidade e eficiência térmica.	Und	03	R\$ 284,33	R\$ 852,99
34		<b>TOALHA DE MESA QUADRADA 1,50x1,50</b> – Modelo oxford, medidas 1,50x1,50 na cor Branca	Und	15	R\$ 110,00	R\$ 1.650,00










PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

35		<b>TOALHA DE MESA QUADRADA COBRE MANCHAS</b> - Modelo: oxford, Medidas Aproximadas (Largura x Altura): 70 x 70 cm na cor azul royal	Und	15	R\$ 94,17	R\$ 1.412,55
36		<b>SUQUEIRA DE VIDRO TRANSPARENTE COM TORNEIRA</b> - com capacidade para 4,5 litros, Medidas aproximadas: Altura total: 35 cm.	Und	02	R\$ 229,90	R\$ 459,80
37		<b>PRATO GRANDE DE VIDRO TRANSPARENTE PARA BOLO</b> - Material Vidro Diâmetro 32 cm	Und	06	R\$ 81,97	R\$ 491,82
38		<b>COLHER LONGA DE INOX PARA JARRA COMPRIDA DE 30CM.</b> Modelo: Colher Para Sucos, Comprimento: 30 cm, Material da colher: Aço inoxidável.	Und	06	R\$ 52,50	R\$ 315,00
39		<b>LIXEIRA COM PEDAL INOX DE 12 LITROS</b> - Capacidade de 12 litros; Material em aço inox, altamente resistente; Possui cesto interno de plástico com alça metálica; Medidas: Altura 40 cm; Largura 25 cm; Comprimento 25 cm.	Und	10	R\$ 303,94	R\$ 3.039,40
40		<b>CAIXA GRANDE ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVA EM PLÁSTICO DE 50 LITROS - BAÚ TRANSPARENTE</b> - Comprimento: 55,5 cm, Largura: 47,5 cm, Altura:	Und	10	R\$ 202,77	R\$ 2.027,70



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

		38,5 cm, Capacidade: 50 Litros, Composição: Polipropileno (PP), Cor : Transparente				
41		<b>CAIXA GRANDE ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVA EM PLÁSTICO DE 30 LITROS - BAÚ TRANSPARENTE</b> - Comprimento: 42,5 cm, Largura: 30 cm, Altura: 30,5 cm, Capacidade: 30 Litros, Composição: Polipropileno (PP), Cor : Transparente	Und	10	R\$ 138,93	R\$ 1.389,30
42		<b>BORRIFADOR EM PLÁSTICO 500ML</b> - Borrifador Pulverizador Spray De Gatilho Manual 500ml, ideal para facilitar a aplicação de líquidos, com embalagem prática de 500ml.	Und	10	R\$ 21,06	R\$ 210,60
43		<b>RELOGIO DE PAREDE REDONDO</b> - Relógio de Parede Redondo Decorativo Moderno a Pilha, Silencioso, Material Plástico.	Und	05	R\$ 62,07	R\$ 310,35
44		<b>LIXEIRA METAL ARAMADO TELADO - CESTO DE LIXO - 10 LITRO - COR PRETO</b> - metal Metal aramado telado de alta qualidade, com capacidade de 10 litros.	Und	40	R\$ 50,00	R\$ 2.000,00
45		<b>TRAVESSA RETANGULAR DE SERVIR NA MESA, LOUÇA BRANCA - 32CM</b> - Travessa Forma Retangular Porcelana 32cm	Und	04	R\$ 157,32	R\$ 629,28



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

46		<b>KIT DE POTES DE PLÁSTICO HERMÉTICO COM TAMPA - 10 UNIDADES</b> – Comprimento: 18 cm, Largura: 8 cm, Altura: 8 cm, Profundidade: 17,5 cm, Capacidade: 1 litro (cada pote), Material: Plástico resistente, próprio para freezer, micro-ondas e lava-louças.	Und	02	R\$ 107,63	R\$ 215,26
47		<b>JOGO DE SALEIRO/PALITEIRO DE VIDRO COM TAMPA INOX - 120ML CADA</b> - Capacidade: paliteiro 120ml, saleiro 120ml Material: Aço Inox e Vidro Composição: 1 paliteiro, 1 saleiro.	Und	03	R\$ 19,94	R\$ 59,82
48		<b>KIT DE MICROFIBRA BOLINHA MACIO - TAPETE - 38X58CM</b> – Tamanho 38X58, Acabamento Viés, Material 100% Microfibras, Cores Sortidas	Und	03	R\$ 42,00	R\$ 126,00
49		<b>TOALHA DE LAVABO FIO PENTEADO 100% - 30x50 500g/m²</b> - Toalha pequena para lavabo 500g/m² fio penteado, macia, boa absorção, Composição do Material 100% Algodão, Dimensões do Produto 30 cm x 50 cm	Und	30	R\$ 20,50	R\$ 615,00
50		<b>KIT COM 06 TIJELAS PORCELANA 500ML COR BRANCA</b> - Material: 100% Porcelana, Capacidade: 500ml., Dimensões: 13,5cm x 7cm, Cor: Branca	Und	06	R\$ 160,00	R\$ 960,00



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

51		<b>BANDEJA RETANGULAR INOX 30CM</b> – Bandeja retangular em aço inoxidável, medindo aproximadamente 30cm de comprimento x 15cm de largura	Und	02	R\$ 66,52	R\$ 133,04
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 27.572,52</b>

1.3 A contratação ocorrerá por item, conforme tabela constante no ANEXO I, Termo de Referência.

1.4 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

## 2 DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

2.1 A participação na presente dispensa se dará exclusivamente através de remessa de mensagem eletrônica ao e-mail: [cpl@camarapaudosferros.rn.gov.br](mailto:cpl@camarapaudosferros.rn.gov.br) até o fim do prazo limite previsto no preâmbulo deste Aviso de Contratação Direta.

2.2 Poderão encaminhar propostas interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto descrito neste Aviso e no Termo de Referência.

2.3 Os interessados deverão proceder, antes da elaboração das propostas, verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, solicitando por escrito ao agente de contratação, via e-mail: [cpl@camarapaudosferros.rn.gov.br](mailto:cpl@camarapaudosferros.rn.gov.br), até 01 (um) dia útil antes do prazo final para apresentação da documentação, as dúvidas suscitadas, que serão esclarecidas via e-mail.

2.4 O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes da apresentação de proposta, ainda que por terceiros não autorizados.

2.5 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

2.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam a Contratada.

2.7 Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.7.1 Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.7.2 Que se enquadrem nas vedações constantes na Lei 14.133/2021;

2.7.3 Que estejam, de alguma forma, impedidas ou suspensas de licitar e contratar com o Município de Pau dos Ferros RN.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**3 DO ENVIO DAS PROPOSTAS**

3.1 A participação do fornecedor nesta Dispensa de Licitação far-se-á com a apresentação de sua proposta inicial no endereço de e-mail: [cpl@camarapaudosferros.rn.gov.br](mailto:cpl@camarapaudosferros.rn.gov.br) na forma deste item, que deverá ser apresentada concomitantemente com a documentação exigida para a habilitação.

3.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.3 O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, através do endereço eletrônico indicado neste Aviso a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de negociação, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade o cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe esse Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer o combustível, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8 Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9 Na apresentação da proposta, o fornecedor deverá encaminhar Declaração Conjunta, preferencialmente no modelo anexo previsto neste instrumento, informando:

3.9.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o fornecedor não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.9.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4 que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas, assumindo como firmes e verdadeiras; que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.9.6 O encerramento do prazo ocorrerá do dia e horários fixados neste Aviso como limite para recepção de propostas, sem qualquer possibilidade de prorrogação.

#### **4 JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO**

4.1 Encerrada a fase de recebimento das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2 No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1 Neste caso, será encaminhada ao endereço eletrônico contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.3 A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.4 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata lavrada para deliberação da Comissão ou Agente de Contratação na dispensa.

4.5 Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

4.6 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

4.7.1 conter vícios insanáveis;

4.7.2 não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

4.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

4.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

4.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

4.7.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.7.7 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

4.7.8 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.7.9 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.7.10 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.7.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

4.7.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 5 HABILITAÇÃO

5.1 Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação elencados a seguir serão solicitados do fornecedor mais que apresentar a melhor proposta.

### 5.2 Habilitação Jurídica:

5.2.1 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

5.2.2 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

5.2.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.2.4 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

5.2.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

5.2.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente,



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

5.2.7 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

5.2.8 Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

5.2.9 Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**5.3 Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:**

5.3.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

5.3.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora- Geral da Fazenda Nacional.

5.3.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.3.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

5.3.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

5.3.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.3.7 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

5.3.8 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

#### 5.4 Qualificação econômico-financeira:

5.4.1 Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

#### 5.5 Qualificação Técnica

5.5.1 Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5.5.2 Os atestados deverão referir-se a serviços ou fornecimento no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

### 6 DA DECISÃO DE CONTRATAÇÃO

6.1 Apurada a melhor proposta com o **MENOR PREÇO GLOBAL** e verificada a regularidade das demais exigência, a Câmara de Municipal de Pau dos Ferros decidirá sobre a contratação, por meio de manifestação motivada no Processo Administrativo sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

6.2 Para apuração do **MENOR PREÇO GLOBAL**, serão levadas em consideração todas as propostas válidas apresentadas, seja na fase preparatória da contratação seja no período estipulado para recebimento de propostas adicionais, e que atendam aos requisitos deste aviso de contratação direta e seus anexos, inclusive aquelas obtidas pelo setor de licitações por meio de consulta direta à fornecedores para formação do preço estimado.

### 7 SANÇÕES

7.1 Comete infração administrativa o interessado que se enquadre nas previsões contidas no Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XII e XII da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.2 Os interessados que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 8 CONTRATAÇÃO

8.1 Após autorização, caso se conclua pela contratação, será firmado o Termo de Contrato.

8.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.3 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

8.4 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.4.2 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4.3 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

## 9 INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

9.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

9.5 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157).

9.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

9.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

9.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

## **10 . DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

10.1 O procedimento será divulgado no Diário Oficial do Município de Pau dos Ferros RN e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores cadastrados no referido Portal, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

10.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1 Republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.3 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.4 Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3 Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.3.1. ANEXO I - Termo de Referência;

11.3.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato.

11.3.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preço

11.3.4. ANEXO IV – Declaração conjunta de cumprimento de requisitos.

## **11 DAS DÚVIDAS OU ESCLARECIMENTOS**

11.1 Eventuais dúvidas poderão ser tiradas nos seguintes canais: E-mails: [cpl@camarapaudosferros.rn.gov.br](mailto:cpl@camarapaudosferros.rn.gov.br)

Pau dos Ferros/RN, 23 de outubro de 2025.

**GLEIDE MARIA DE ARAÚJO**  
Secretária de Administração



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**REGISTRO DE PREÇO**

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETIVO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei nº 14.133/2021)**

**1.1.** Registro de Preços para eventuais aquisições de utensílios de cozinha, a fim de atender as necessidades da sede e anexo da CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.






**1.2.** O objeto do presente Termo de Referência, deverá seguir as especificações abaixo detalhadas:

ITEM	FOTOS MERAMENTE ILUSTRATIVA	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01		<b>GARRAFA TÉRMICA 1,80L</b> - Garrafa térmica de pressão, com capacidade de 1,8 litro, exterior em inox resistente, e com camada protetora de verniz que garante a durabilidade sem deixar marcas indesejadas de dedos ou riscos. Possui sistema de bomba com jato forte e estável, e interior composto por ampola de vidro. Livre de BPA.	Und.	10	R\$ 146,00	R\$ 1.460,00
02		<b>JARRAS DE VIDRO COM TAMPA 1,5L</b> - Capacidade para 1,5 litros. Características: De vidro com tampa plástica, alça acoplada ao corpo da jarra. Garantia contra defeitos de fabricação. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber.	Und.	06	R\$ 57,95	R\$ 347,70





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

03		<b>JARRAS DE VIDRO COM TAMPA 2L</b> - Capacidade para 2 litros. Características: De vidro com tampa plástica, alça acoplada ao corpo da jarra. Garantia contra defeitos de fabricação. Em conformidade com o INMETRO e com as recomendações contidas nas normas da ABNT no que couber.	Und	04	R\$ 66,57	R\$ 266,28
04		<b>FAQUEIROS DE 24 PEÇAS</b> - Material em Aço inoxidável, Cabos de Polipropileno, contendo: facas de mesa, garfos de mesa, colheres de mesa, garfos de sobremesa e colheres de sobremesa.	Und.	04	R\$ 95,98	R\$ 383,92
05		<b>POTE DE VIDRO COM TAMPA DE INOX 1,5L</b> - Capacidade: 1,5 litros • Peso: 0,42kg, Dimensões: 23,5cm x 9,5cm x 9,5cm (AxLxP)	Und.	30	R\$ 64,49	R\$ 1.934,70
06		<b>XÍCARAS PARA CAFÉ COM PIRES 80ML</b> - xícaras com pires, em porcelana, retas, lisas, capacidade 80 ml, na cor branca.	Und	48	R\$ 18,63	R\$ 1.894,24
07		<b>XÍCARAS PARA CAFÉ COM PIRES 240ML</b> - xícaras com pires, em porcelana, retas, lisas, capacidade 240 ml, na cor branca.	Und.	12	R\$ 24,59	R\$ 295,08



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

08		<b>CONJUNTO DE PANEAS ANTIADERENTE COM 12 PEÇAS</b> – fabricado em alumínio, revestido com sistema de antiaderente, com 12 peças, esse conjunto completo inclui: 1 assadeira reta, 2 panelas (16cm e 18cm), 2 caçarolas (18cm e 20cm), 1 canecão (nº 12), 1 frigideira especial (18cm), 1 frigideira francesa (20cm), 1 frigideira para ovo.	Und.	03	R\$ 376,01	R\$ 1.128,03
09		<b>PANELA DE PRESSÃO ANTIADERENTE 4,5L</b> – Panela de pressão profissional feita em alumínio polido com abas Características: Válvula reguladora de Pressão; Válvula de segurança repetitiva em Silicone; Alças em Baquelite Resistentes ao Calor; Pino de Alívio; Sistema de Segurança Lateral da Tampa.	Und	03	R\$ 289,47	R\$ 868,41
10		<b>PRATO RASO DE PORCELANA 26CM</b> – Em porcelana branca, sem estampa, com, no mínimo 26 a 28cm de diâmetro, bordas com aproximadamente 3 a 4 cm.	Und	24	R\$ 20,78	R\$ 498,72
11		<b>PRATO SOBREMESA DE PORCELANA BRANCO 19CM</b> – Em porcelana branca, sem estampa, com, no mínimo, 19 cm de diâmetro, bordas com aproximadamente 3 a 4 cm.	Und	24	R\$ 14,13	R\$ 339,12



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

12		<b>BANDEJA RETANGULAR INOX 40CM</b> – Bandeja retangular em aço inoxidável, medindo aproximadamente 40cm de comprimento x 30cm de largura.	Und.	04	R\$ 53,44	R\$ 213,76
13		<b>FERVEDOR ANTIADERENTE 1,85L</b> - Capacidade de 1,85 litros, Material de alumínio para distribuição uniforme do calor, Revestimento antiaderente.	Und	03	R\$ 43,17	R\$ 129,51
14		<b>CONCHA DE SILICONE COM 27CM.</b> - Material: 100% silicone, Dimensões 27 X 06 X 1 CM, Cor: Preto.	Und.	06	R\$ 19,17	R\$ 115,02
15		<b>ESPATULA RETA EM SILICONE 28CM</b> – Comprimento: 28 cm, - Largura: 5,5 cm, Material: Silicone, Cor: Preto	Und.	06	R\$ 18,85	R\$ 113,10
16		<b>COLHER DE SILICONE 28CM</b> - Comprimento: 28 cm, Material: Silicone, Cor: Preto	Und	06	R\$ 27,83	R\$ 166,98
17		<b>ESPÁTULA PÁ PARA BOLO/TORTA EM AÇO INOX</b> - medidas: 26,5 cm de comprimento x 6,2 cm de largura - material: aço inox - cor: acabamento cromado.	Und.	03	R\$ 24,50	R\$ 73,50



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

18		<b>ESCORREDOR PLÁSTICO PARA MASSAS</b> – Material: Plástico, Dimensões do Produto: Altura: 12cm, Diâmetro: 27cm.	Und	03	R\$ 16,10	R\$ 48,30
19		<b>PENEIRA MULTIUSO EM AÇO INOX DE COZINHA</b> - Material: Aço inoxidável, Dimensões: Diâmetro: 24 cm, Comprimento total: 45 cm, Capacidade: Suporta até 1.500g	Und	03	R\$ 34,41	R\$ 103,23
20		<b>AÇUCAREIRO EM AÇO INOX COM TAMPA E COLHER</b> - Capacidade: Aproximadamente 300g de Açúcar, Dimensões: 8cm de diâmetro por 7cm de altura, 8cm largura, 10 cm comprimento, peso do produto aproximado: 200g	Und	03	R\$ 51,49	R\$ 154,47
21		<b>CONJUNTO DE 12 COPOS DE VIDRO 300ML</b> – Material Vidro soda-calpara, dimensões do Produto: Largura: 6,6cm, Altura: 12,5cm, Profundidade: 6,6cm.	Und	03	R\$ 101,89	R\$ 305,67
22		<b>COBRIDOR/ABAFADOR DE BOLO E ALIMENTOS</b> - Em plástico telado, Dimensões: 29,5 x 29,5 x 18 cm	Und	04	R\$ 34,60	R\$ 138,40



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

23		<b>PORTA BOLO CRISTAL TRANSPARENTE COM TAMPA</b> - Bandeja: 29 x 1,5cm, Tampa: 23 x 10,5cm, Diâmetro: 23cm, Peso Total: 350g.	Und	03	R\$ 51,56	R\$ 154,68
24		<b>SALEIRO GRANDE DE BANCADA/PAREDE DE COZINHA – PLÁSTICO –</b> Dimensões do Produto 17 x 10,5 x 9 cm.	Und	03	R\$ 17,42	R\$ 52,26
25		<b>FACA GRANDE PARA COZINHA EM AÇO INOX. TAM: 8"</b> - Material: Aço Inoxidável, Material do Cabo: Resina Termoplástica, Altura: 5,5 cm, Comprimento: 33,5 cm, Largura: 2,5 cm e Tamanho da Lâmina: 8".	Und	03	R\$ 60,52	R\$ 181,56
26		<b>AFIADOR DE FACA MANUAL</b> - Cabo Ergonômico e Base de Borracha Antiderrapante	Und	03	R\$ 30,63	R\$ 91,89
27		<b>COLHER GRANDE DE SERVIR EM AÇO INOX 32 cm</b> – Material Aço Inox, Tamanho 32cm	Und	09	R\$ 26,76	R\$ 240,84
28		<b>LIXEIRA PLÁSTICA DE PIA BASCULANTE DE 6,5 LITROS</b> - Material: Plástico PP (Polipropileno) - Material muito resistente e durável - Capacidade: 6,5 Litros, Medidas: 17cm (L) x 24,5cm (C) x 28,5cm (A) - Peso: 0,240Kg.	Und	03	R\$ 39,56	R\$ 118,68




PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

29		<b>PORTA TEMPEROS COM SUPORTE COM 8 POTES DE PLÁSTICO DE 130ML CADA</b> - Porta Tempero: 1 Peça, Potes de Plástico: 8 Unidades, Medida Porta Tempero: 21cm X 11cm X 18cm, Medida Pote de Plástico: 11,5 X 4,5c, Capacidade do Pote de Plástico: 130ml.	Und	03	R\$ 50,25	R\$ 150,75
30		<b>CONJUNTO DE BACIAS CANELADAS DE 3 PEÇAS</b> - Com capacidade de 1, 2 e 3 Litros Para Cozinha. Feito de material resistente. Características do produto: Material: Plástico atóxico - Tamanho aproximado: P-19x7cm x M-22x7,5cm x G-27x8cm.	Und	01	R\$ 30,99	R\$ 30,99
31		<b>CONJUNTO COM 03 TRAVESSAS DE PORCELANA BRANCO 1L, 2L e 3L</b> - Material: Porcelana, Formato: Retangular.	Und	01	R\$ 247,72	R\$ 247,72
32		<b>TOALHA DE MESA GRANDE PRANCHÃO 4m X3m</b> - Oxford Buffet Cor Branco - Toalha Mesa Oxford.	Und	02	R\$ 198,25	R\$ 396,50





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

33		<b>GARRAÇÃO/BOTIÃO TERMICO DE 12 LITROS COM TORNEIRA</b> - Características capacidade (12L): Isolamento térmico avançado: Mantém a temperatura por mais tempo, seja quente ou fria. Bocal largo: Fácil de encher e limpar. Alça embutida: Praticidade no transporte. Tripé retrátil: Material de Alta Resistência: Fabricado em PEAD (Polietileno de Alta Densidade) com isolamento térmico em PU (Poliuretano), garantindo máxima durabilidade e eficiência térmica.	Und	03	R\$ 284,33	R\$ 852,99
34		<b>TOALHA DE MESA QUADRADA 1,50x1,50</b> – Modelo oxford, medidas 1,50x1,50 na cor Branca	Und	15	R\$ 110,00	R\$ 1.650,00
35		<b>TOALHA DE MESA QUADRADA COBRE MANCHAS</b> - Modelo: oxford, Medidas Aproximadas (Largura x Altura): 70 x 70 cm na cor azul royal	Und	15	R\$ 94,17	R\$ 1.412,55
36		<b>SUQUEIRA DE VIDRO TRANSPARENTE COM TORNEIRA</b> - com capacidade para 4,5 litros, Medidas aproximadas: Altura total: 35 cm.	Und	02	R\$ 229,90	R\$ 459,80








PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

37		<b>PRATO GRANDE DE VIDRO TRANSPARENTE PARA BOLO</b> - Material Vidro Diâmetro 32 cm	Und	06	R\$ 81,97	R\$ 491,82
38		<b>COLHER LONGA DE INOX PARA JARRA COMPRIDA DE 30CM.</b> Modelo: Colher Para Sucos, Comprimento: 30 cm, Material da colher: Aço inoxidável.	Und	06	R\$ 52,50	R\$ 315,00
39		<b>LIXEIRA COM PEDAL INOX DE 12 LITROS</b> - Capacidade de 12 litros; Material em aço inox, altamente resistente; Possui cesto interno de plástico com alça metálica; Medidas: Altura 40 cm; Largura 25 cm; Comprimento 25 cm.	Und	10	R\$ 303,94	R\$ 3.039,40
40		<b>CAIXA GRANDE ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVA EM PLÁSTICO DE 50 LITROS - BAÚ TRANSPARENTE</b> - Comprimento: 55,5 cm, Largura: 47,5 cm, Altura: 38,5 cm, Capacidade: 50 Litros, Composição: Polipropileno (PP), Cor : Transparente	Und	10	R\$ 202,77	R\$ 2.027,70
41		<b>CAIXA GRANDE ORGANIZADORA COM TAMPA E TRAVA EM PLÁSTICO DE 30 LITROS - BAÚ TRANSPARENTE</b> - Comprimento: 42,5 cm, Largura: 30 cm, Altura: 30,5 cm, Capacidade: 30 Litros, Composição: Polipropileno (PP), Cor : Transparente	Und	10	R\$ 138,93	R\$ 1.389,30



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

42		<b>BORRIFADOR EM PLÁSTICO 500ML</b> - Borrifador Pulverizador Spray De Gatilho Manual 500ml, ideal para facilitar a aplicação de líquidos, com embalagem prática de 500ml.	Und	10	R\$ 21,06	R\$ 210,60
43		<b>RELOGIO DE PAREDE REDONDO</b> – Relógio de Parede Redondo Decorativo Moderno a Pilha, Silencioso, Material Plástico.	Und	05	R\$ 62,07	R\$ 310,35
44		<b>LIXEIRA METAL ARAMADO TELADO - CESTO DE LIXO - 10 LITRO - COR PRETO</b> - metal Metal aramado telado de alta qualidade, com capacidade de 10 litros.	Und	40	R\$ 50,00	R\$ 2.000,00
45		<b>TRAVESSA RETANGULAR DE SERVIR NA MESA, LOUÇA BRANCA - 32CM</b> - Travessa Forma Retangular Porcelana 32cm	Und	04	R\$ 157,32	R\$ 629,28
46		<b>KIT DE POTES DE PLÁSTICO HERMÉTICO COM TAMPA - 10 UNIDADES</b> – Comprimento: 18 cm, Largura: 8 cm, Altura: 8 cm, Profundidade: 17,5 cm, Capacidade: 1 litro (cada pote), Material: Plástico resistente, próprio para freezer, micro-ondas e lava-louças.	Und	02	R\$ 107,63	R\$ 215,26



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

47		<b>JOGO DE SALEIRO/PALITEIRO DE VIDRO COM TAMPA INOX - 120ML CADA -</b> Capacidade: paliteiro 120ml, saleiro 120ml Material: Aço Inox e Vidro Composição: 1 paliteiro, 1 saleiro.	Und	03	R\$ 19,94	R\$ 59,82
48		<b>KIT DE MICROFIBRA BOLINHA MACIO - TAPETE - 38X58CM -</b> Tamanho 38X58, Acabamento Viés, Material 100% Microfibras, Cores Sortidas	Und	03	R\$ 42,00	R\$ 126,00
49		<b>TOALHA DE LAVABO FIO PENTEADO 100% - 30x50 500g/m² -</b> Toalha pequena para lavabo 500g/m² fio penteado macia boa absorção, Composição do Material 100% Algodão, Dimensões do Produto 30 cm x 50 cm	Und	30	R\$ 20,50	R\$ 615,00
50		<b>KIT COM 06 TIJELAS PORCELANA 500ML COR BRANCA -</b> Material: 100% Porcelana, Capacidade: 500ml., Dimensões: 13,5cm x 7cm, Cor: Branca	Und	06	R\$ 160,00	R\$ 960,00
51		<b>BANDEJA RETANGULAR INOX 30CM -</b> Bandeja retangular em aço inoxidável, medindo aproximadamente 30cm de comprimento x 15cm de largura	Und	02	R\$ 66,52	R\$ 133,04
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 27.572,52</b>



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**1.3. Prazo de vigência da Ata de Registro de Preço**

**1.3.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço é de 12 (doze), PODENDO ser prorrogado por igual período, com a renovação de todos os itens e seus quantitativos, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021;

**1.3.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).**

**2.1.** A presente contratação fundamenta-se na necessidade de manter em adequado funcionamento as dependências da Câmara Municipal de Pau dos Ferros, incluindo sua sede e anexo, garantindo condições adequadas de apoio às atividades administrativas, legislativas e institucionais.

**2.2.** No cotidiano das ações legislativas e administrativas, há a realização de reuniões, sessões plenárias, audiências públicas, eventos oficiais e atividades internas, que demandam a utilização de utensílios de cozinha para preparo, armazenamento e serviço de alimentos e bebidas aos servidores, vereadores, autoridades e visitantes.

**2.3.** Atualmente, o estoque de utensílios existentes encontra-se insuficiente, desgastado ou inservível, impossibilitando o atendimento eficiente das demandas internas. Além disso, é necessário prever a reposição e a ampliação gradual do acervo de utensílios, de forma planejada e compatível com a necessidade real de uso.

**2.4.** Dessa forma, a contratação visa atender de maneira contínua e econômica às necessidades de aquisição desses materiais, observando os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, padronização e continuidade do serviço público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

**2.5. Justificativa do objeto da presente contratação**

**2.5.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o funcionamento adequado das dependências da Câmara Municipal de Pau dos Ferros, compreendendo sua sede e anexo, por meio da aquisição de utensílios de cozinha destinados ao



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

uso cotidiano em atividades administrativas, reuniões, eventos oficiais, sessões legislativas, audiências públicas e demais ações institucionais.

**2.5.2.** A Câmara Municipal, como órgão do Poder Legislativo local, realiza de forma contínua atividades que demandam estrutura de apoio compatível com a boa prestação dos serviços públicos, o acolhimento de visitantes e a adequada ambiência de trabalho aos servidores e parlamentares. Para tanto, faz-se indispensável dispor de utensílios de cozinha que permitam o preparo, o armazenamento e o serviço de alimentos e bebidas de forma organizada, higiênica e funcional.

**2.5.3.** Constatou-se, após levantamento interno, que os utensílios atualmente disponíveis se encontram em quantidade insuficiente ou com elevado grau de desgaste, comprometendo a funcionalidade dos espaços de apoio e a prestação dos serviços administrativos. Dessa forma, torna-se necessária a reposição e complementação desses materiais, visando à manutenção das condições adequadas de uso e conforto nas atividades diárias e em eventos promovidos pela instituição.

**2.5.4.** A opção pela utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP), previsto no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, mostra-se a mais conveniente e econômica, tendo em vista que a demanda pelos itens ocorre de forma eventual, variável e não contínua. Esse modelo possibilita

**2.5.5.** Assim, a contratação por meio de registro de preços revela-se não apenas legalmente adequada, mas também administrativamente estratégica, garantindo flexibilidade na gestão das aquisições e alinhamento com as diretrizes de governança pública.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO OU SERVIÇO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).**

**3.1.** Conforme o elencado no ETP, a solução possível é uma **aquisição gradativa e eventual de utensílios de cozinha em geral**, que deverá ser realizado por meio de **DISPENSA DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO**, em sua forma **ELETRÔNICA** com adoção do critério de julgamento por **MENOR PREÇO GLOBAL**, adjudicação **GLOBAL**.

**3.2.** A adoção do Sistema de Registro de Preços propicia maior conveniência na operacionalização, permitindo o fornecimento dos produtos durante o prazo que durar a ata, estabelecendo um valor pré-fixado, permitindo o planejamento das atividades, economicidade,





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

eficácia e contribuindo para a otimização dos recursos públicos, uma vez que as compras podem ser realizadas de forma parcelada conforme a real necessidade, evitando o superávit de estoques desnecessários, reduzindo custos de armazenamento.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)**

**4.1.** A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- 4.1.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 4.1.2.** Verificação de amostra do objeto;

**4.2. Critérios de sustentabilidade**

**4.2.1.** Recomenda-se que seja observado, os seguintes critérios de sustentabilidade:

**4.2.2.** Materiais – com material reciclado, biodegradável, atóxico, com madeira proveniente de reflorestamento devidamente certificada.

**4.2.3.** Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.2.4.** Não possuir, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.2.5.** Não descartar produtos químicos em local inadequado.

**4.2.6.** Embalagens compactas e recicláveis ou que sejam objeto de logística reversa, preferência por indústria ou produtor local para assegurar menores distâncias e uso de modal de transporte mais eficiente.

**4.2.7. Priorizar a oferta de produtos de acordo com as portarias do INMETRO.**

**4.2.8.** Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

**5. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).**



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**5.1.** A entrega dos itens deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 dias corridos, de acordo com as quantidades que forem solicitadas pela Secretaria da Câmara Municipal;

**5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5(cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

**5.3.** A entrega dos itens deverá ocorrer na sede da Câmara Municipal de Pau dos Ferros - RN, localizada na Rua Pedro Velho, nº 1291 – Centro – Pau dos Ferros - RN.

**5.4.** Todos os produtos deverão ser entregues acondicionados em embalagem individual e adequados, de preferência embalagens produzidas com materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante seu transporte e armazenamento.

**6. DA GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput);

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º);

**6.3.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput) e no que consta na Resolução Nº 001/2023 da Câmara Municipal de Pau dos Ferros.

**6.3.1.** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

**6.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

**6.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

**6.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120);

**6.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput);

**6.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**6.7.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º);

**6.8.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º);

**6.9.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Câmara Municipal de Pau dos Ferros convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**7.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**8. DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS – Lei nº 13.709/2018 – LGPD**

**8.1.** Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

**8.1.1.** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

**8.1.2.** O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

**8.1.3.** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento);

**8.1.4.** Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins.

**9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, da Lei nº 14.133/2021)**

**9.1. Do Recebimento**

**9.1.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**9.1.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades

**9.1.3.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**9.2. Da Liquidação**

**9.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.**

**9.2.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de **R\$ 62.725,59** (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, **conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE/RN.**

**9.2.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.2.3.1.** o prazo de validade;
- 9.2.3.2.** a data da emissão;
- 9.2.3.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.2.3.4.** o período respectivo de execução do contrato;
- 9.2.3.5.** o valor a pagar; e
- 9.2.3.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.2.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**9.2.5.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2.6.** A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público.

**9.2.7.** Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.2.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.2.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**9.2.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

**9.3. Do Prazo de pagamento**

**9.3.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **TRINTA (30) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa.

**9.3.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme ordem cronológica de pagamento das obrigações





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, **conforme art. 4º, §3º da Resolução nº 011/2024-TCE/RN.**

**9.3.3.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438$$
$$\frac{\quad}{365.} \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

**9.4. Da Forma de pagamento**

**9.4.1.** No dever de pagamento das obrigações contratuais deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos, a ser disposta por lista própria separada por unidade gestora e subdividida nas seguintes categorias de contratos:

**9.4.1.1.** Fornecimento de bens;

**9.4.1.2.** Locações;

**9.4.1.3.** Prestação de serviços;

**9.4.1.4.** Realização de obras.

**9.4.2.** A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada na imprensa oficial. e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas do Rio Grande do Norte – TCE/RN, exclusivamente nas seguintes situações:

**9.4.2.1.** Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

**9.4.2.2.** Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**9.4.2.3.** Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

**9.4.2.4.** Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

**9.4.2.5.** Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

**9.4.3.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**9.4.4.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.4.5.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.4.7.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)**

**10.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO POR REGISTRO DE PREÇO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**10.2.** O fornecedor terá que estar em conformidade com as exigências contidas neste Termo de Referência e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**10.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**10.3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**10.3.1.1. Pessoal Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força da lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**10.3.1.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.3.1.3. Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**10.3.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato responsabilidade limitada – EIRELI:** social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**10.3.1.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**10.3.1.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**10.3.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**10.3.1.8. Sociedade Cooperativa:** ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**10.3.1.9. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**10.3.1.10. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**10.3.1.11.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**10.3.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**10.3.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

**10.3.2.2.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**10.3.2.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela **Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)** e pela **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**, referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União (DAU)** por elas administrados, inclusive aqueles relativos à **Seguridade Social**, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**10.3.2.4.** Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**10.3.2.5.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela **Secretaria da Fazenda Estadual** onde a empresa for sediada;



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**10.3.2.6.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela **Secretaria da Fazenda Municipal** onde a empresa for sediada;

**10.3.2.7.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**10.3.2.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**10.3.2.9.** Caso o fornecedor detentor do menor preço seja qualificado como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

**10.3.2.10.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**10.3.2.11.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**10.3.2.12.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**10.3.2.13.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**10.3.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**10.3.3.1.** Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput. Inciso II datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

**10.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**10.3.4.1.** Apresentação de, no mínimo 1 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da Proponente, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se ateste que a empresa forneceu a qualquer tempo bens de complexidade similar ou superior à do objeto deste edital;

**10.3.4.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

**10.3.4.3.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**11. DA ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, da Lei n. 14.133/2021).**

**11.1.** O custo estimado total da contratação será referenciado conforme pesquisa realizada pelo setor de Compras da Câmara Municipal de Pau dos Ferros/RN;

**11.2.** O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas;

**11.3.** Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

**11.3.1.** em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

**11.3.2.** em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

**11.3.3.** serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

**11.3.4.** poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

**12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, da Lei n. 14.133/2021).**

**12.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.

**13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**13.1.** São obrigações da Contratante:

**13.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas;

**13.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**13.1.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

**13.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado; e

**13.1.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

**13.1.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**14.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**14.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

**14.1.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**14.1.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**14.1.4.** comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**14.1.5.** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

**15. REAJUSTES DE PREÇOS:**

**15.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**15.2.** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**15.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**15.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**15.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**15.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**15.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

Pau dos Ferros/RN, 20 de outubro de 2025.

**Gleide Maria de Araujo**  
**Secretaria de Administração**



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**ANEXO II**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS Nº XXXX, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS-RN E A EMPRESA XXXXX, NA FORMA E CONDIÇÕES ABAIXO ESTABELECIDAS:**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público da Administração Direta, inscrita no CNPJ/MF nº 08.392.946/0001-52, sediada a Rua Pedro Velho, nº 1291, Centro, Pau dos Ferros/RN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, representada neste ato pelo Excelentíssimo Senhor Presidente JAIME DE CARVALHO COSTA NETO, brasileiro, solteiro, portadora da cédula de identidade nº 10357 OAB/RN, inscrito no CPF nº XXX.952.XXX-86, residente e domiciliado na Rua São Manoel, nº 84, São Benedito, Pau dos Ferros/RN, e a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ/MF nº XXXX, estabelecida no endereço XXXX, aqui denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato por seu responsável legal XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado em XXXXX, considerando as disposições estabelecidas na Lei Nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, e na Resolução Nº 001/2023 do Poder Legislativo Municipal, e demais normas pertinentes, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 2025.10.23.0001 e na Dispensa de Licitação nº XX/202X têm entre si, justo e avençado, e celebrando o presente termo de contrato por execução direta, diante as seguintes cláusulas e condições abaixo especificadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))**

1.1. Registro de Preços para eventuais aquisições de utensílios de cozinha, a fim de atender as necessidades da sede e anexo da CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Descrição e quantidade do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNT (R\$)	VALOR TOTAL R\$
01	Descrição do item	X	X	XX	XX
02	Descrição do item			XX,XX	XX,XX



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

VALOR TOTAL R\$	XX,XX
-----------------	-------

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.3.3. A Proposta do contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a) XX/XX/XXXX, até XX/XX/XXXX na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ XX,XX, perfazendo o valor total de R\$ XX,XX (XXXXX).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

8.2. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.

8.3. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;
- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único](#));
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte local: Câmara Municipal, Rua Pedro Velho, 1291- Centro, Pau dos Ferros /RN.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#)).**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14. A despesa decorrente da contratação do objeto desta dispensa de licitação correrá por conta dos recursos consignados à CONTRATANTE dotação orçamentária: Exercício 2024, Projeto: Unidade Orçamentária 1001 – Câmara Municipal de Pau dos Ferros, Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção da Câmara Municipal de Pau dos Ferros, Fonte 100 – Recursos Ordinários, Classificação Econômica 3.3.90.39.30 – Material de consumo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))**

18.1. É eleito o Município de PAU DOS FERROS/RN para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Pau dos Ferros/RN XX de XX de XXXX.

---

XXXXXXXX

Presidente da Câmara

---

XXXXXXXX

Contratado



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**ANEXO III**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

**À Câmara Municipal de Pau dos Ferros /RN**

A empresa (RAZÃO SOCIAL COMPLETA), inscrita no CNPJ/MF nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, (ENDEREÇO COMPLETO), através desta, vem apresentar a proposta comercial relativa à dispensa de licitação Nº XX/202x, objetivando fornecer os itens abaixo cotados, conforme especificações e anexos que fazem parte do referido edital:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Descrição do item.	UND	XXX	R\$ XX,XX	XX,XX%

Validade da Proposta: de 60 dias.

Cumpre-nos, ainda informar-lhes, que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta e em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- a) Que estamos cientes e concordamos com os termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta da Ata de Registro de Preços em anexo;
- b) Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os impostos e/ou descontos ou vantagens e despesas para a execução do objeto.

Obs.: O preenchimento do presente anexo acarretará a conformidade da proposta da licitante com todas as características do objeto e exigências constantes no edital.

Pau dos Ferros RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202x.

**Assinatura do Diretor ou Representante Legal**

**(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)**





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PAU DOS FERROS  
PALÁCIO VER. FRANCISCO LOPES TORQUATO

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS**

A empresa....., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ....., com sede na Rua....., nº ....., Bairro, Cidade de ....., Estado ....., CEP....., através de seu representante legal/Procurador ....., sob as penas da lei, DECLARA:

a. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

c. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação

Direta e seus anexos;

d. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas junto a Câmara Municipal de Pau dos Ferros/RN, assumindo como firmes e verdadeiras;

e. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

f. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Local e data.

**Assinatura do Diretor ou Representante Legal**

**(Nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)**